



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**

MARCÍLIO LOURENÇO DE MOURA REZENDE

**O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE – OTAN –
NA GRANDE ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

**JOÃO PESSOA - PB
2011**

MARCÍLIO LOURENÇO DE MOURA REZENDE

**O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE – OTAN –
NA GRANDE ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba em cumprimento à
exigência para obtenção do diploma de
bacharel.

Orientadora: Prof^a Dra. Cristina Pacheco

**JOÃO PESSOA – PB
2011**

R467p

Rezende, Marcílio Lourenço de Moura.

O papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – na grande estratégia dos Estados Unidos da América / Marcílio Lourenço de Moura Rezende. – 2011. 50f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações Internacionais, 2011.

“Orientação: Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco, Curso de Relações Internacionais”.

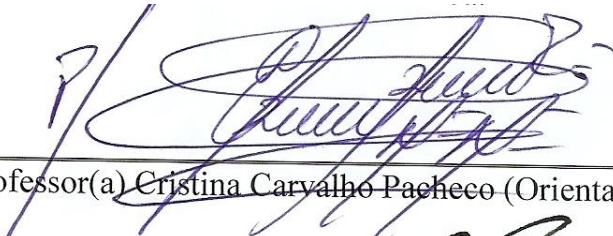
1. OTAN. 2. Grande estratégia – Estados Unidos. 3. Neo-isolamento. I. Título.

21. ed. CDD 341.72

MARCÍLIO LOURENÇO DE MOURA REZENDE

**O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE – OTAN –
NA GRANDE ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

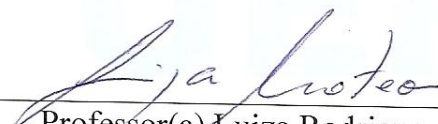
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba em cumprimento à
exigência para obtenção do diploma de
bacharel.



Professor(a) Cristina Carvalho Pacheco (Orientador(a)) - UEPB



Professor(a) Marcílio Toscano Franca Filho - UFPB



Professor(a) Luiza Rodrigues Mateo - UEPB

João Pessoa, 07 de dezembro de 2011.

Após uma longa, porém rápida, caminhada, tenho imenso prazer em dedicar este trabalho ao homem, Juiz de Direito José Romeu Viana (*in memória*), que me ensinou, apoiou e incentivou, sendo sempre o meu referencial. E tenho certeza que se ainda estivesse aqui entre nós, estaria orgulhoso de ver aonde cheguei. Obrigado por tudo meu avô!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família pelo apoio dado durante o período de curso, especialmente à minha avó Ruth Abigail, que suportou todos os meus estresses e cansaço provenientes das noites em claro, além de Vó Selma e minha mãe, Rosilda;

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Cristina Pacheco que me ensinou muito no decorrer do curso além de ter possibilitado a conclusão deste trabalho;

Um especial agradecimento as minhas grandes amigas Aniele Pereira, Cleina Lima, Luciane Araújo e Thalita Melo, que me proporcionaram os melhores momentos da universidade, me alegrando nas horas mais difíceis;

As minhas amigas Fernanda Queiroga, Jeane Freitas, Josilma Lima e Sibelle Macêdo que sempre estiveram ao meu lado nos bons e maus momentos;

Aos meus amigos e amigas da Universidade Federal da Paraíba, em especial Érica Magalhães, Raissa Correa, Janaina Juan e Johnatan Nunes, que me ajudaram nesses últimos meses cooperando com minha falta de tempo;

Aos meus queridos professores, Doris Sayago, David Morales, Gabriela Gonçalves, Luiza Rosa e Silvia Nogueira, que contribuíram tanto com meu crescimento intelectual quanto com meu desenvolvimento pessoal;

Por fim, aos funcionários da UEPB, Kaline Barbosa e Sandra Maranhão, que desde o meu ingresso nesta universidade têm solucionado os diversos problemas.

"Conscientes dos riscos e custos de uma ação militar, somos naturalmente reticentes ao uso da força para resolver os problemas mundiais, mas quando nossos interesses e nossos valores são ameaçados, temos a responsabilidade de agir."

(Obama, Barack)

RESUMO

O presente trabalho busca abordar a utilização americana da OTAN através das teorias da grande estratégia americana defendida por autores como Posen e Ross, Art e Layne. O estudo divide-se em três capítulos cuja linha temporal se inicia na Guerra Fria e termina em meados da década de 1990. O primeiro compreende a história da OTAN, relatando sobre sua criação, seus principais objetivos, tanto aqueles que deram origem a organização quanto aqueles que surgiram no término da Guerra Fria e foram determinantes para sua atuação no sistema internacional, sobre os membros e parceiros, a inserção em conflitos, entre outros, fatores que têm certa relevância para entender o problema a ser estudado. O segundo discorre a grande estratégia, explicando as que têm maior importância nos estudos sobre o tema. São estratégias como o neo-isolacionismo, engajamento seletivo, a primazia, segurança cooperativa, o *offshore balancer* e hegemonia extraregional. Por fim, no terceiro capítulo é feita a análise, a partir do exposto nos demais tópicos, mostrando, através da escolha de uma das táticas apresentadas, o porquê da atuação expansionista americana e o porquê da utilização da OTAN por esta potência.

Palavras-chave: OTAN; EUA; estratégia; interesses; Europa; Eurásia; hegemonia extraregional.

ABSTRACT

The present study attempts to approach the U.S. use of NATO through the theories of U.S. grand strategy advocated by authors such as Posen and Ross, Art and Layne. The study is divided in three chapters whose temporal line begins in the Cold War and ends in mid-1990. The first one includes the history of NATO, reporting about its creation, its main objective, as those gave rise the organization as those emerged at the end of the Cold War and were crucial to its actions in the international system, about the members and partners, integration into conflicts, among others, factors that have some relevance to understand the problem to be examined. The second discusses the grand strategy, explaining which have higher importance for studies on the subject. Are strategies such as neo-isolationism, selective engagement, primacy, cooperative security, offshore balancer and extraregional hegemony. Finally, the third chapter is analyzed, from the above in other topics, showing, by choosing one of the tactics presented, why the U.S. expansionist actions and why the use of NATO by this power.

Key-words: NATO. U.S. Strategy; Interests. Europe. Eurasia. Extraregional hegemony

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE – OTAN	12
1.1 Anterior a criação da OTAN.....	12
1.2 Uma nova Aliança Militar: OTAN.....	14
1.3 Membros e Parceiros.....	16
1.4 Os Exércitos Secretos da OTAN.....	18
1.5 OTAN no pós-Guerra Fria.....	20
1.6 Conflitos pós- <i>New Strategic Concept</i>	22
1.7 Considerações parciais.....	25
CAPÍTULO II – A GRANDE ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	27
2.1 Neo-Isolacionismo.....	29
2.2 Engajamento Seletivo.....	29
2.3 Segurança Cooperativa.....	32
2.4 Primazia.....	33
2.5 Offshore Balancer.....	34
2.6 Hegemonia Extrarregional.....	36
2.7 Considerações parciais.....	37
CAPÍTULO III – A OTAN, OS EUA E A GRANDE ESTRATÉGIA	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

A Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN –, criada no contexto da Guerra Fria, em 1949, a partir do Tratado do Atlântico Norte, vem demonstrando certo grau de importância nos conflitos gerados principalmente em regiões da Europa e Ásia. Por esse motivo, tem apresentado uma considerável participação em operações de paz. A explicação mais plausível a estes envolvimento surge da premissa de garantir, como aliança militar, a segurança da Europa, ressaltando que os principais objetivos desta, de cooperação de segurança e medidas de confiabilidade no continente, surgiram após o “desaparecimento de uma ameaça militar na Europa Ocidental”, (ALMEIDA, 2002). E os EUA, num pensamento mais próximo à corrente neo-realista, vem se utilizando da organização em questão para por em prática suas políticas de estratégia em áreas que lhe convêm.

Para alcançar seus objetivos de forma que fiquem maquiados, os Estados Unidos usam a OTAN para terem pontos de ligações na Europa e Ásia, diminuindo as distâncias entre os continentes. Esta é uma maneira de estar perto tanto de promissoras ameaças quanto de futuros aliados ao mesmo tempo em que ele pode tirar proveito político e econômico. Manter presença nessas áreas estratégicas assegura que não seja criada nenhuma potência a qual moleste sua segurança. Sendo assim, através dessa zona de influência, eles podem estar perto suficientemente de países que possam ameaçar sua soberania, tais como Rússia, China, Afeganistão, Iraque, para citar alguns.

Desde o surgimento da OTAN, os EUA têm se mostrado grandes pacificadores em regiões europeias e asiáticas e feito grandes parceiros comerciais. Isso se justifica por eles terem interesses em futuras grandes potências como China. Esses interesses surgem do medo de perder a sua posição de hegemon para as grandes potências em ascensão que, de certa forma, vêm ameaçando seu *status* e também de ficarem vulneráveis frente aos conflitos mundiais. Ainda se utilizando do exemplo da China, a grande hegemonia americana vem fazendo aliados, como Índia e Taiwan, que se inserem ao redor da mesma, justamente para no futuro tê-la em suas mãos, já que estes são grandes parceiros comerciais e têm uma importante relevância para a China. Isso tudo se resume na estratégia aplicada por vários presidentes norte-americanos, que é claramente a de se mostrar como a grande

potência mundial e manter o seu *status quo* no sistema internacional.

O objeto de estudo consiste na premissa de que os EUA utilizam a referida organização de forma indireta para perpetuar sua influência em áreas longe do continente norte americano. Com aliados, por exemplo, próximos à Rússia e China, eles podem afetar esses países não só econômica como também militarmente através de bases militares localizadas na Europa que permitem os EUA se envolverem nos conflitos mais rapidamente. Deste modo, tal potência tem como observar os países que ameaçam sua soberania e, conseqüentemente, podem se prevenir contra estes. E, para explicar as intenções americanas de fincar esse elo com a Europa e assim poderem ter tanto o inimigo quanto os recursos naturais ao seu alcance, será feito uso da grande estratégia política americana, cuja finalidade é manter a hegemonia americana no mundo. A grande estratégia americana, segundo Posen e Ross (1996-1997), se subdivide em quatro grandes estratégias definidas por eles em: neo-isolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa e primazia. Essas três últimas, mesmo que abordando diferentes pontos de vista, são condizentes com a finalidade obscura da OTAN para os EUA. Robert Art (*apud* INGEMAR DÖRFER, 2003, p.09) define a grande estratégia “como uma nação deve exercer os seus instrumentos militares para realizar seus objetivos de política estrangeira”.

O problema sobre a interação entre OTAN e EUA reside nos objetivos que essa grande potência tem por trás das ações praticadas pela Organização. E a grande questão é que os EUA têm se espalhado pelo mundo de modo que, no futuro, eles terão o mundo em suas mãos. Ou seja, depois de “ocupar” áreas da Europa e Ásia, eles começaram a caminhar com mais ferocidade para África, Oceania, e América do Sul. Isso não significa que eles não tenham começado a influenciar esses últimos continentes citados, mas que atualmente ainda não está tão forte esta política estratégica para estes, como afirma Willian Pfaff (*apud* BANDEIRA, 2008).

Acerca dessa problemática se pode questionar: será realmente a OTAN uma organização que age apenas com o intuito de ajudar a pacificação ou realmente há um objetivo maior com isso tudo? E os países membros dessa organização internacional, fazem parte dos objetivos dos EUA como países chaves para sua estratégia global? Não só os países membros, mas aqueles os quais são parceiros dessa organização serão eles peças importantes ao jogo para que possa o mesmo

se manter no topo do *status quo*?

Os EUA vêm aproveitando a influência da OTAN no sistema internacional para se promover, mesmo que indiretamente, e conseguir alcançar seus objetivos provenientes da sua política de estratégia. Segundo Gomes (2007, p.04), “tendo em mente que os recursos estadunidenses são finitos, alianças tradicionais e organizações internacionais como a OTAN são os veículos mais adequados para a perseguição deste objetivo”. A OTAN representa a chave certa para a concretização das políticas estratégicas americanas. Pois como uma organização com, teoricamente, fins pacíficos, não haverá muita relutância para a ação desta, e, além disso, os EUA terão o apoio financeiro e militar dos aliados da OTAN. Isso tudo em nome da organização.

Enfim, são várias as hipóteses que fazem surgir às dúvidas sobre o verdadeiro papel que a OTAN tem no contexto internacional e a principal delas, a questão de uma “arma” estratégica do poderio americano, poderá ser pensada no decorrer do trabalho, cuja linha de tempo utilizada será a época da Guerra Fria e meados da década de 1990. Assim sendo, será explicado a partir da grande estratégia política americana como esse Estado utiliza a Organização do Tratado do Atlântico Norte para manter seu *status quo* no sistema mundial, destacando, no primeiro capítulo, os objetivos da organização antes e depois da Guerra Fria, expondo a atuação tanto dos EUA quanto da OTAN no conflito dos Balcãs na década de 1990, a inserção americana no contexto da OTAN, no capítulo segundo o que é a grande estratégia dos Estados Unidos, e por fim, apresentar, no último capítulo a condução da OTAN pelos norte americanos além de seus objetivos ponderados através da estratégia da hegemonia extrarregional.

CAPÍTULO 1 - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE - OTAN

A situação europeia na pós-Segunda Guerra foi de certa maneira determinante para o surgimento de novas alianças militares no continente. Nesse contexto, é importante frisar que as condições da Europa nesse momento não eram as melhores, pois, devido a guerra no território europeu, ela encontrava-se enfraquecida nos âmbitos social, político e econômico. Além disso, suas capacidades de defesa estavam extremamente reduzidas. Em outras palavras, a Europa estava em ruínas e ainda tentava se reconstruir através da ajuda econômica norte-americana intitulada de “Plano Marshall”¹ instituído no ano de 1947. A melhor maneira então era construir uma união contra futuras ameaças as quais pudessem piorar ainda mais essa situação. Então, Segundo Trein (2008), como a Europa estava incapacitada de desenvolver sua defesa militar, coube aos EUA, já que foram fortalecidos pela guerra e eram no momento o Estado mais poderoso no mundo no sentido econômico e militar, tomar a iniciativa de concretizar um organismo fundamentado na defesa mútua. Nas palavras de Evedove (2004, p.11), “a fragmentação e a fragilidade econômica europeia, a economia interna americana, a polarização ideológica e o medo da expansão da URSS foram os fatores que fizeram com que se construísse a OTAN”. Além disso, essa cooperação garantiria aos EUA a propagação dos seus valores e influência no mundo.

1.1 Anterior a criação da OTAN

Entre o ano de 1945, fim da Segunda Guerra, e o ano de 1950, a continua expansão comunista da União Soviética pelo mundo representou uma grande problemática para muitos Estados. Tal apreensão ficou evidente por meio da execução da política externa de vários países que procuraram formas de conter esse alargamento ideológico. O principal Estado que pode representar essa afirmação são os Estados Unidos da América que procuraram estar presentes em acordos de

¹ O Plano Mashall é surge do medo americano em os partidos comunistas se alastrarem no território europeu, principalmente em Estados como França e Itália, onde tais partidos eram apoiados pela população por darem melhores saídas para a situação caótica que eles viviam. (EVEDOVE, p.03)

cooperação anticomunista ao redor do mundo. Nesse período de tempo surgiram então tratados de alianças e assistência mútua, tanto na Europa quanto em outros continentes, com o intuito de barrar o expansionismo comunista. Foram tratados como: Tratado de Dunquerque² (1947), Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR³ (1947), Tratado de Colaboração Econômica, Social e Cultural e Segurança Coletiva – Tratado de Bruxelas (1948), precursor do Tratado do Atlântico Norte, e por fim a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN.

O Tratado de Bruxelas é um pacto de cooperação e autodefesa coletiva assinado unicamente por cinco países europeus, Reino Unido, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos, em 17 de março de 1948. Surgiu principalmente devido as ações soviéticas sobre países da Europa Central, e além disso também tem como objetivos cooperar e coordenar esforços para a recuperação econômica da Europa, assistência recíproca, manutenção da paz e da segurança internacional em caso de agressão, tomar medidas cabíveis na hipótese de uma nova agressão Alemã (BRUSSELS TREATY⁴, 1948). Em suma, uma colaboração econômica, social, e cultural além de uma defesa coletiva que:

se constituía num ‘pacto defensivo destinado a repelir tentativas de derrubar governos democráticos pela força’. Tal aliança era formada exclusivamente por países que haviam sofrido toda a destruição da guerra, e que embora unidos pudessem congregiar maior capacidade defensiva, não seriam capazes de proteger a si próprios. Enfim, não haveria como repelir um ataque soviético de nenhuma maneira (Evedove, p.04).

O tratado passa por modificações em 23 de outubro de 1954 criando a União da Europa Ocidental (UEO) e teve como principal medida a incorporação da República Federal da Alemanha e Itália ao tratado.

1.2 Uma nova Aliança Militar: OTAN

² Assinado em 04 de março de 1947 pela França e Grã-Bretanha. Sua criação teve o objetivo principal evitar a expansão comunista na Europa. Contudo, para prevenir uma futura deteriorização de suas relações com a União Soviética, foi estipulada, na carta da Aliança, uma assistência recíproca apenas contra eventual novo ataque da Alemanha. O pacto foi previsto para durar 50 anos. Disponível em: <<http://www.siglo21info.com/1945-1989/codex/otan/tratado-dunquerque.html>> e <<http://www.nato.int/archives/1st5years/chapters/1.htm>>

³ Conhecido como Tratado do Rio, o também tratado de defesa mútua, foi assinado em 02 de setembro de 1947 na cidade do Rio de Janeiro inicialmente por 19 Estados americanos e entrou em vigor em dezembro de 1948. Foi criado para conter o avanço comunista no Continente Americano, mais especificamente o avanço soviético. (disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/guerra_fria7.htm> e <<http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>>)

⁴ Retirado do site da OTAN.

A partir da chamada “Doutrina Truman”, proferida por Harry Truman, Presidente dos EUA de 1948 a 1953, no Congresso Nacional Americano em 1947, obteve-se forças suficientes que os EUA necessitavam para intervirem na Europa. Uma das primeiras iniciativas tomadas pelo governo após tal pronunciamento foi delegar um plano de ajuda econômica para a Europa intitulado, e já citado anteriormente, de “Plano Marshall”. Outra intervenção, mas de caráter militar, que buscava sustentar o *status quo* da Europa Ocidental a partir do “contexto de relativo vazio de poder no continente, e em função da expansão soviética na Europa” (CANÊDO, 2006, p.03), iniciaram-se as negociações do Tratado do Atlântico Norte em 06 de julho de 1948 em Washington entre o Departamento de Estado americano, Embaixadores canadenses e representantes do Tratado de Bruxelas.

Truman viu a batalha que vinha, entre os Estados Unidos e a União Soviética, como a luta entre o bem e o mal, sem relação com esferas de influência [...] em suma, a aliança atlântica, não sendo, na realidade uma aliança, aspirava à universalidade moral. Representava a maioria do mundo contra a minoria de desordeiros. (KISSINGER, 1999 *apud* EVEDOVE, 2004, p.03)

Em tais negociações, que terminaram em 09 de setembro do mesmo ano, ficou acordado que em qualquer tratado de defesa comum que surgisse no futuro entre países do atlântico norte deveria ser amparado pela Carta das Nações Unidas. Na carta do Pacto Atlântico os membros se comprometem a participar da defesa mútua em caso de qualquer agressão militar contra um ou mais membros da aliança, seja ele da Europa seja da América do Norte. Ainda nessa decisão, consta que o tratado deve promover paz e segurança, estar baseado também na auto-ajuda, “promover a estabilidade e o bem-estar dos povos do Atlântico Norte” e etc.

Nas palavras de Evedove:

O texto do Tratado prevê inicialmente o comprometimento com a paz e a resolução pacífica de disputas internacionais, além de apontar que as relações da coletividade são regulamentadas através da manutenção de uma força permanente para manter e ampliar sua capacidade defensiva. São estabelecidas, ademais, as áreas de influência da Aliança, que consistem na parte do Atlântico acima do Trópico de Câncer e nos territórios dos países que compõem o Tratado. É determinado que os membros obedecerão ao princípio da autodefesa estabelecido no artigo 51 da Carta das Nações Unidas [...]. (2004, p.05)

Além disso, nenhum dos membros deste poderá participar de qualquer compromisso internacional que vá de encontro com as disposições impostas pelo

tratado como as citadas anteriormente. Após aprovação do relatório consultivo entre ambas as partes, em 10 de dezembro de 1948 o Tratado do Atlântico Norte começa a ser elaborado na cidade de Washington e em 18 de março de 1949 já se encontrava finalizado. No meio tempo entre preparação e firmação do Tratado, a URSS tentou impedir que o referido acordo fosse concluído. Em uma das tentativas, alegou para os países que o documento não estava de acordo com a Carta das Nações Unidas e em resposta, numa carta de singelas 21 linhas, foi dito que a “Aliança não foi dirigida contra qualquer nação ou grupo de nações, mas apenas contra a agressão armada”⁵. Finalmente em 04 de abril de 1949 foi assinado, em Washington, o Tratado do Atlântico Norte pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de 12 países, tanto da América do Norte quanto da Europa.

A Aliança entre países da América do Norte e Europa, única que interliga os dois continentes com o objetivo de oferecer consulta e cooperação no campo da defesa e segurança, além de conduzir e gerenciar operações em crises multinacionais, a OTAN tem suas instalações políticas localizadas na Bélgica. De início, a sede se encontrava na cidade luz europeia, Paris, porém quando o General De Gaulle retornou ao poder em 1958 foi estabelecida uma nova doutrina militar, no qual supervisionava o desenvolvimento de armas nucleares francesas e buscava livrar-se das influências norte-americana e britânica, proporcionando o abandono francês do comando militar da OTAN, apesar de continuar como membro da organização. Sendo assim, a sede foi transferida. Na Bélgica, a instalação política (o Secretariado) se deu em Bruxelas, cujo Secretário Geral é escolhido exclusivamente por europeus, e as instalações militares (Comando Militar Aliado) em Mons, cujo Comandante Militar é escolhido exclusivamente pelos Estados Unidos.

No corpo do tratado foi também estabelecido um conselho para a reunião de seus membros. Esse conselho foi criado para que fosse permitido aos membros se reunirem em qualquer instante. Poderiam ser estabelecidos “corpos subsidiários”, tantos quanto forem necessários, e em particular um comitê de defesa. (CARTA DA OTAN, 1949, art. 9 *apud* BERTAZZO, 2010, p.92) A agência seria responsável por “supervisionar o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas para resistir a um ataque armado e organizar os atores para que esta resistência fosse efetiva” (Idem, p.92).

⁵ Informação retirada do site da OTAN. Tradução própria do autor.

A criação do Tratado do Atlântico Norte gerou tanto uma conservação do *status quo* da Europa Ocidental, resultando em uma remota estabilidade política, quanto ajudou na superação de desconfianças que haviam entre países rivais. Isso se deve, segundo Evedove (2004, p.02), a intervenção estadunidense na região, o qual de certa maneira garantiu também a “harmonização das políticas de segurança e defesa”. Porém, os EUA não se engajaram em todas essas ações, descritas no decorrer deste texto, por simples e pura vontade de ajudar os povos da Europa, pois:

Era de vital importância para os EUA a preservação do *status quo* da parte ocidental da Europa, seja em termos de distribuição do poder mundial, seja pela preservação das relações econômicas entre as partes que incidiam diretamente sobre a existência de ambas enquanto países democráticos e capitalistas, entre outras razões. Uma URSS forte militarmente que rapidamente estabelecia governos pró-soviéticos no leste europeu, e ainda uma coalizão entre estes países sob a batuta soviética na figura do Pacto de Varsóvia, era interpretado por eles como uma ameaça. Como anteriormente apresentado, a Europa se encontrava debilitada, o estabelecimento de um vínculo permanente com a região para garantir seus interesses foi a saída encontrada em uma situação onde o embate, a guerra direta, não existia [...]. (*idem*, 2004, p.07-08)

Vendo-se encurralada pela criação de um organismo que mesmo sem afirmar literalmente nas linhas de carta fundadora que seu objetivo era a sua contenção e após a entrada da Alemanha Ocidental na OTAN em 1955, a URSS, juntamente com outros Estados socialistas do leste da Europa cria em 14 de maio de 1955, seis anos após a fundação da OTAN, o Pacto de Varsóvia, o que agravou mais ainda a divisão já existente do continente. Participaram do pacto: União Soviética, Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia e Romênia. A aliança, dominada por Moscou, tinha como meta principal garantir e manter o campo socialista em áreas da Europa Central e Oriental, de forma a impedir um ataque militar vindo do ocidente à União Soviética.

1.3 Membros e Parceiros

Totalizam-se até a atualidade 28 membros: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos (todos os membros originários do acordo). Mais tarde aderiram: Grécia e Turquia (1952), Alemanha (1955), Espanha (1982), República Tcheca,

Hungria e Polônia (ambas em 1999), Bulgária, Estônia, Latvia, Lituânia, Eslováquia e Eslovênia (2004), Albânia e Croácia (2009). A entrada da Grécia e Turquia em 1952 representou, como expressa Bertazzo (2010, p.92), a perda do elo restrito entre Europa e EUA. Tendo como nova abrangência “ao norte do Trópico de Câncer” e não apenas Atlântico Norte e Europa Ocidental.

Esses membros contribuem para a promoção da segurança e estabilidade e estão todos comprometidos ao princípio da defesa coletiva. Porém a incorporação desses membros, além dos originais de fundação não foi exatamente simples, pois como enfatiza Almeida (2002), a Rússia, através de medidas de obstrução, impedia que membros da antiga zona soviética fossem anexados ao Pacto Atlântico. Contudo, mesmo com todo o esforço russo, os países fundadores encontraram como saída desse problema o desenvolvimento de instâncias e foros *ad hoc* para trazer ao tratado Estados com afinidades ocidentais (República Tcheca, Hungria, Polônia). Para por a ideia em funcionamento, uma das iniciativas foi criar o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN) que envolveu países membros tanto da OTAN quanto do Pacto de Varsóvia. O CCAN desenvolveu o programa “Parceria da Paz”, cujo objetivo foi aumentar a cooperação com outros países. No entanto a Rússia foi um fator resistente em que não sedia e nem permitia aos seus imediatos vizinhos geográficos a adesão da cooperação. Mas em 1997 a Rússia e a OTAN entram em acordo, tornando-se, esse país, um parceiro.

A OTAN também se envolve em operações e missões junto a parceiros como os da Parceria Euro-Atlântica: Albânia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Croácia, Finlândia, Geórgia, Irlanda, Antiga República da Macedônia, Moldova, Quirquistão, Rússia, Suécia, Suíça, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão. Estas parcerias iniciaram-se em 1991 com o intuito de ajudar novos países a construir democracias sólidas – estreitar os laços, de acordo com Canêdo (2006, p.01), com democracias que tenham uma capacidade militar considerável pode ajudar em conflitos complicados, onde se é necessário o estabelecimento do maior número de tropas possíveis – estabilizar suas políticas e desenvolver a sua força armada. Estes participam de um fórum voltado para a propagação da paz. Segundo Jaap de Hoop Sheffer *apud* Canêdo (2006, p.01-02), “o estabelecimento dessas novas parcerias não significa que a aliança possa se tornar uma aliança global, mas sim ‘uma aliança com parceiros globais’”. Sendo assim, com a vinda de países da antiga URSS, Europa Central, do leste e a própria Rússia para a OTAN,

os EUA garantiriam a segurança de países que foram muitas vezes sacrificados pela política das grandes potências, além de estender a zona europeia de paz e prosperidade do oeste rumo ao leste, ao desenvolver democracias e economias de mercado. (*idem*, 2006, p. 05)

O Pacto Atlântico entrou também em negociação com os países do Mediterrâneo para um diálogo de segurança, colaborando então para uma cooperação pela segurança regional. Do chamado Diálogo Mediterrâneo participam: Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. Segundo o site da OTAN⁶:

Países parceiros se envolvem com a Aliança de maneira que são adaptados individualmente aos seus interesses e necessidades específicas. Enquanto eles têm uma voz e é oferecida valorosas contribuições política e militar, eles não têm a mesma autoridade de tomada de decisão que um país membro. Parcerias abrangem não apenas os países da área euro-atlântica, no Mediterrâneo e na região do Golfo, mas também países em todo o mundo, incluindo Austrália, Japão, República da Coreia, Nova Zelândia, Iraque e Afeganistão. Além disso, a OTAN coopera com uma série de organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas e da União Europeia.

1.4 Os Exércitos Secretos da OTAN

O delicado assunto sobre os exércitos secretos da OTAN é abordado no livro “Natos Secret Armies: Operation Gladio and Terrorism in Western Europe” pelo professor de história contemporânea na Universidade de Basiléia e presidente da ASPO-Suíça, Daniele Ganser. Este defende que os EUA têm atuado na Europa ocidental durante os últimos 50 anos, ou seja, o meio século de existência da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. No livro, o autor trabalha com o período da Guerra Fria, no qual a potência americana, através da OTAN, utiliza-se de exércitos clandestinos anticomunistas em colaboração da extrema Direita e serviços secretos de informação da Europa, como o MI6 – agência britânica de espionagem –, além da principal e mais famosa agência de espionagem americana, a CIA, para espalhar o terror contra os próprios europeus e atrelar esse tipo de ação

⁶ Tradução própria do autor. Disponível em <http://www.nato.int/nato-welcome/pdf/whatisnato_en.pdf>

à extrema Esquerda, que são, como por exemplo, o partido socialista italiano, e fazer com que a sociedade ficasse desacreditada com esta última. Isso tudo para “pôr em cheque” a credibilidade comunista frente aos interesses da população.

Coordenado pela seção de guerra não ortodoxas da NATO, o exército secreto tinha sido criado pelo Serviço Secreto dos EUA, a Agência Central de Inteligência (CIA) e do Serviço de Inteligência Secreto Britânico (MI6 ou SIS) após o fim da Segunda Guerra Mundial para combater o comunismo na Europa Ocidental (GANSER, 2005 p.01) ⁷.

Ganser mostra em seu estudo que os exércitos estiveram presentes em vários países da Europa Ocidental como: França, Espanha, Portugal, Holanda, Dinamarca, Alemanha, Bélgica, Turquia, Áustria, Finlândia e etc. Mas, como destaca Souza (2007), Ganser esclarece que, apesar de existirem exércitos em tantos países da Europa Ocidental e haver os já citados ataques terroristas de Bandeira Falsa – expressão para ataques terroristas vindos ocultamente de governos ou organizações que transpareçam ser providos de outros agressores – nem todos os ataques desse tipo eram cometidos por esses exércitos.

Outro destaque é que até a década de 1990, ainda não haviam provas da existência de tais exércitos. Porém, foi no ano descrito acima que o Primeiro – Ministro italiano Giulio Andreotti expôs o exército secreto italiano, também denominado Gladio, confirmando para a imprensa a chamada Operação Gladio na região europeia. A partir dessa exposição, os exércitos da OTAN, chamados de "stay-behind", foram descobertos na França, Espanha, Portugal, Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Suíça, Áustria, Grécia e Turquia.

Na Itália, o juiz Felice Casson descobre documentos sobre Operação Gladio nos arquivos do serviço secreto militar italiano em Roma, forçando o primeiro-ministro Giulio Andreotti a confirmar a existência de um exército secreto dentro do estado para o parlamento. Como Andreotti insiste que a Itália não tinha sido o único país envolvido na

⁷ Tradução livre do autor: “Coordinated by the unorthodox warfare section of NATO, the secret army had been set up by the US secret service Central Intelligence Agency (CIA) and the British Secret Intelligence Service (MI6 or SIS) after the end of the Second World War to fight Communism in Western Europe”.

conspiração, o segredo anticomunista dos exércitos stay-behind é descoberto na Europa Ocidental (GANSER, 2005, p.256)⁸.

As ações praticadas pelos Gládios se resumem à denominada estratégia da tensão. Nessa estratégia, os exércitos praticam ataques terroristas, deixando a população com medo e apreensão. Aliado a tal tensão provocada por supostos ataques terrorista, o terrorismo de bandeira falsa começa a funcionar, pois com a população assustada, se imagina que os ataques tenham origem no polo inimigo, que no caso, eram os comunistas. Assim sendo, com a sociedade pensando que os ataques partiam de comunistas, a credibilidade destes caia, e a expansão comunista no continente europeu era contida. Como afirma o próprio Ganser (2005, p.07), a estratégia é “criar tensão dentro do país para promover tendências conservadoras, reacionárias, sociais e políticas”.

Em resumo, os exércitos secretos da OTAN, em cooperação com, sobretudo, a CIA e MI6, representaram um “polo terrorista” na Europa pós-Segunda Guerra Mundial de uma forma tão oculta, que só foram descobertos na década de 1990. A OTAN nega qualquer envolvimento com tais denúncias, já que é uma organização que, “a priori”, deveria assegurar a segurança na Europa e não combater a ameaça comunista através conflitos.

1.5 OTAN no pós-guerra Fria

A presença dos Estados Unidos na Europa antes e durante o período da Guerra Fria foi essencial para a manutenção da segurança e estabilidade europeia. Porém, o seu principal papel no continente era o de conter o avanço soviético, evitando o reaparecimento desta enquanto potência. Dessa forma, a presença norte-americana contribuiu com o aplanamento da cooperação entre os Estados europeus, resultando na melhoria das relações e a diminuição de agressões. Em outras palavras:

⁸ Tradução livre do autor: “In Italy, Judge Felice Casson discovers documents on Operation Gladio in the archives of the Italian military secret service in Rome and forces Prime Minister Giulio Andreotti to confirm the existence of a secret army within the state to parliament. As Andreotti insists that Italy had not been the only country involved in the conspiracy, the secret anti-Communist stay-behind armies are discovered across Western Europe”.

A presença estadunidense no continente garantia que o balanço de forças pendesse em favor dos países ocidentais, e não da Rússia, que, apesar de ter decaído do *status* de potência mundial, ainda dispunha de capacidades bélicas superiores aos membros europeus da OTAN. Da mesma maneira se dava o relacionamento com a Alemanha, que no âmbito da OTAN e sob liderança estadunidense poderia ser mantida sob controle, não ameaçando os demais países do continente e tampouco surgindo no cenário europeu enquanto potência (CANÉDO, 2006, p.02).

Além disso, o sentimento de desconfiança que existia e sempre existirá na Europa também beneficiou a posição americana dentro da própria OTAN. Pois conforme o referido autor:

[...] a posição dos EUA na aliança é beneficiada pela falta de confiança existente entre os próprios Estados europeus, somando o fato de que, na ausência, nenhum país europeu poderia se apresentar enquanto líder natural no continente (2006, p.03).

Nenhum país poderia se apresentar como líder porque: a Alemanha, uma das grandes forças econômicas da Europa, enfrentaria uma resistência por parte dos outros governos, a França não possuía poder para ocupar a referida liderança, o Reino Unido não romperia sua relação excepcional com os EUA ou mesmo sua função dentro da estrutura da OTAN, e a Itália e a Espanha possuíam apenas ambições de âmbito regional (*idem*, 2006, p.03).

Com o término da Guerra Fria, assim como o desaparecimento dos dois principais motivos de sua fundação – ameaça socialista e Alemanha Oriental socialista –, a organização perdeu sua real utilidade e os membros não tinham mais razões para manterem o Pacto Atlântico. Portanto, em 1991 a OTAN passou por uma reestruturação, no qual mudou o enfoque da prevenção de conflitos de extensas magnitudes para, sobretudo, a cooperação no que tange a segurança. Com essa reestruturação, se rerepresentando como um instrumento de cooperação e mostrando a perpetuação do comprometimento dos EUA com a segurança da Europa, a continuidade desta aliança foi a melhor forma de preservar a segurança no continente.

A partir da sua nova agenda expressa no ano de 1991, *New Strategic Concept*, a OTAN começa a resolver novas questões como: reunificação da Alemanha e sua reintegração às organizações internacionais, relacionamento das partes da Aliança com os Estados que compunham o Pacto de Varsóvia, além de

com a própria Rússia e países que nasceram da desintegração da URSS. Acerca do novo conceito estratégico:

[...] a OTAN aprovou um novo conceito estratégico, revisando radicalmente e ampliando consideravelmente seu mandato original e seu raio de atuação, uma vez que recebeu mandato para cobrir operações humanitárias e antiterroristas, para a luta contra o tráfico de drogas, assim como ameaças indefinidas ao meio ambiente, à paz e a democracia, num espaço geográfico igualmente difuso quanto a seus limites externos (ALMEIDA, 2002).

Nesta segunda fase de existência da OTAN, a forte atuação dos EUA na Europa, apesar se representarem importância como já foi falado anteriormente, fez com os Estados europeus se sentissem em segundo plano. Cada vez mais os EUA tomavam decisões importantes na Europa, principalmente questões relacionadas à segurança europeia. Como exemplo, a potência estadunidense resolveu problemas na Bósnia, em 1993, e no Kosovo, em 1998. Assim sendo, devido a este atrelamento aos norte americanos, os europeus resolveram criar uma “política de defesa e segurança comum” para que pudessem desenvolver as suas competências militares. A partir disso iniciaram articulações a respeito da concepção de uma Política Externa de Segurança Comum (PESC), no qual tinha como objetivos preservar a segurança e paz, além de consolidar a democracia, os direitos humanos, etc., no continente europeu.

1.6 Conflitos pós-*New Strategic Concept*

Neste ponto, serão explicados de forma sucinta os principais conflitos ocorridos nos Balcãs, em meados da década de 1990, em que a OTAN se envolveu após a reestruturação de sua doutrina, passando a se adaptar às contínuas mudanças no cenário europeu.

A guerra nos Balcãs foi um conflito que tem uma enorme bagagem histórica de embates entre Estados ou Impérios. Ele tem uma história de instabilidade política, revoluções e inúmeras guerras. Além de ter passado por mudanças no fluxo de etnias, religiões, etc. O Balcãs é uma grande península que foi dividida no século IV em ocidente e oriente. Nessa divisão, a Iugoslávia ficou bem

na fronteira entre os povos eslavos, croatas e sérvios. Os primeiros tinham diferentes religiões, os segundos eram católicos fieis a Roma e os terceiros eram cristãos ortodoxos. Mais tarde começam as invasões na referida península. Primeiro vem o Império Turco Otomano que converteu a região ao Islã. Depois os sérvios conquistam soberania. O Império Otomano ao cair perde a região para o Império Austro-Húngaro. Logo depois o assassinato do arquiduque austro-húngaro por um sérvio eclode a primeira guerra mundial. Mais tarde com a independência da região nasce o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, a chamada Iugoslávia.

Em junho de 1991, Eslovênia e Croácia declararam independência da Iugoslávia, o que resultou mais tarde em uma guerra civil. O exército nacional da Iugoslávia, composto por sérvios controlados por Slobodan Milosevic, Presidente da Sérvia de 1989 a 1997 e da República Federal da Iugoslávia de 1997 a 2000, invadiu a Eslovênia, mas não conseguiu subjugar os separatistas de lá e se retirou em poucos dias. Seu interesse pela Eslovênia diminuiu, já que este era um país com pouquíssimos sérvios. Em vez disso, ele voltou sua atenção para a Croácia, um país católico. O novo governo da Croácia, liderado por Franjo Tudjman, estava sendo controlado pelo fascismo e proclamaram leis discriminatórias visando ortodoxos sérvios. Para "proteger" a minoria sérvia na Croácia, as forças de Milosevic, ajudadas por forças guerrilheiras, invadem a cidade de Vukovar, bombardeando croatas por 86 dias consecutivos. Com a queda de Vukovar, os sérvios começaram a execuções em massa. Como a resposta da comunidade internacional foi limitada, os EUA sem desejarem se envolver com o conflito reconhecem a independência da Eslovênia e da Croácia e a ONU embarga a exportação de armamento para a Iugoslávia. Ainda no mesmo ano os EUA negociam um cessar fogo entre Servia e Croácia, a Bósnia-Herzegovina declara independência e os sérvios da Bósnia declararam um estado independente próprio.

Com a independência da Bósnia em 1992, a minoria sérvia do país se irrita. E em resposta montam barreiras nas estradas e isolam cidades. E a partir daí se desencadeou mais uma guerra nos Bálcãs; só que desta vez entre o exército estatal bósnio, comandado pelos muçulmanos, e sérvios auxiliados pela Nova Federação Iugoslava, constituída pela Sérvia e Montenegro. Além disso, a Servia contou também com a ajuda da Croácia. Esse foi um conflito baseado no acordo Karadjordjevo entre sérvios e croatas". No início, os sérvios cercaram importantes cidades de maioria muçulmana e conseguiram tomar cerca de dois terços do

território militar sérvio. Apoiados por Milosevic, iniciaram os ataques em vilarejos muçulmanos. O conflito ultrapassou a esfera militar, e à medida que sérvios avançavam, foi feito um processo de limpeza étnica, o que recordou a tomada nazista. Ao longo de 1993, confiantes de que tanto as Nações Unidas quanto os Estados Unidos além da Comunidade Europeia não agiriam militarmente, os sérvios na Bósnia cometeram genocídio contra os muçulmanos. Para se defenderem, os bósnios receberam apoio de grupos islâmicos vulgarmente conhecidos como "guerreiros santos" (Mujahideen).

A ONU então declara que o centro do país é uma área neutra, região essa que conflitos sangrentos estavam acontecendo, principalmente em Sarajevo. Contudo as tropas da ONU estavam estritamente proibidas de interferir militarmente contra os sérvios. Assim, eles permaneceram firmes e neutros, não importando o quão ruim a situação se tornou. No início de 1994, um morteiro atinge um mercado em Sarajevo e faz com que agora o mundo direcionasse olhares para o conflito. As imagens mostradas pela mídia internacional ao mundo deram uma ajuda para que houvesse uma intervenção militar contra os sérvios. Para piorar a situação os sérvios da Bósnia atacaram tanto o refúgio quanto às forças de paz da ONU. As forças da OTAN responderam lançando ataques aéreos contra algumas áreas de terreno sérvio. Os sérvios retaliaram, tomando centenas de capacetes azuis da ONU como reféns, e “transformá-los em escudos humanos, acorrentado a alvos militares, tais como depósitos de abastecimento de munição”. Assim:

[...] o apoio à intervenção militar na questão ganhou força, e os países da Europa ocidental juntamente com os Estados Unidos alegavam contar com três argumentos justificadores de tal opção. Em primeiro lugar, um argumento de cunho moral, o combate à limpeza étnica, que não poderia continuar ocorrendo nos limites da Europa, trazendo problemas para a segurança regional, além de ser uma catástrofe humanitária. Em segundo, as resoluções ora aprovadas pelo CSNU, que reforçavam indiretamente a posição intervencionista, muito embora não a tenham aprovado. Por fim, o prestígio da própria OTAN, que mesmo exercendo pressão sobre a ex-Iugoslávia, não conseguiu dar cabo à crise em geral precisava então ser restabelecido (EVEDOVE, 2007, p.04).

A OTAN justificou tal intervenção afirmando estarem protegendo os civis – uma justificativa plausível para a comunidade internacional – e o prestígio e a segurança da organização – uma tentativa de persuadir os membros ainda

reservados à intervenção. A assinatura do Acordo de Dayton em Paris em 14 de dezembro de 1995, pelos presidentes da Bósnia-Herzegovina, Croácia e Iugoslávia permitiu a entrada dos 66 mil soldados da Força de Implementação da OTAN na Bósnia além da comunidade internacional poder estabelecer uma presença permanente no país através de um intermédio de um supervisor internacional da paz. A participação da organização no conflito foi de suma importância para que ela recebesse mais credibilidade. Credibilidade essa que a OTAN necessitava ganhar para que pudesse ter uma maior aceitação da sociedade internacional. Além disso, ser aceito por um maior número de países seria positivo para os EUA, já que através do Pacto Atlântico lhe seria permitido adentrar em Estados os quais não concordariam com seu envolvimento individual.

1.7 Considerações parciais

Depois de se “fazer parte” nas políticas da Europa através da ajuda do Plano Marshall, tornando o continente um dependente explícito, os EUA aproveitaram a fragilidade europeia e se “moveram” para o continente no comando do Tratado do Atlântico. Através deste, conseguiram manter as ameaças soviética e alemã contidas, ou seja, conseguiram fazer com que estas duas não prejudicassem seus interesses na Europa e nem os ameaçassem no continente Americano. Depois que tais ameaças desapareceram e o fim da então Guerra Fria, a OTAN foi reformulada:

[...] tendo em vista que sua estrutura não se baseava somente em mecanismos de contenção da ameaça soviética, foi possível a realização de reformulações de forma que a Aliança pudesse permanecer como um organismo operante no cenário internacional, assumindo novas tarefas tais como operações de gestão de crise, de manutenção e preservação da paz, de combate ao terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa, assim como a adesão de novos Estados membros ao Tratado, previsto no Artigo 10 do Tratado de Washington (CANEDO, 2006, p.04.).

Essa reformulação permitiu que a organização pudesse se envolver em diferentes questões no cenário internacional, diversas das problemáticas de seu projeto inicial, ampliando ainda mais as possibilidades americanas de utilizarem a

OTAN em seus objetivos individuais. Além disso, se envolver em conflitos como o da crise dos Balcãs, permitiu a OTAN ganhar credibilidade, antes não alcançada, no cenário internacional.

CAPÍTULO II - A GRANDE ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Desde que os Estados Unidos tornaram-se uma potência no cenário internacional, inicializaram uma busca interminável pelo poder – concepção característica do realismo – ou melhor dizendo, pela hegemonia global. A linha de estratégia que ele vem seguindo ao longo das últimas décadas o permitiu controlar ou até mesmo dominar áreas com extrema importância para sua política exterior, proporcionando-lhe benefícios políticos e econômicos. Como afirma Layne (2006, p.03) “a inexorável lógica estratégica tem conduzido os Estados Unidos a tentar estabilizar sua hegemonia nas três regiões mais importantes do mundo fora da América do Norte: Europa Ocidental, Leste Asiático e Golfo Pérsico”⁹. Essa expansão estadunidense vem atraindo olhares científicos, que levantam os possíveis interesses dessa potência tanto em regiões como as acima citadas quanto em outras regiões do globo terrestre.

A grande estratégia é a expansão do poderio americano pelo mundo, ou seja, é a estratégia que os EUA encontraram para tentarem se estabelecer como um hegemom global. Pode-se considerar que ela não é única. Há vários determinantes e características que a torna multifacetada, em outras palavras, dependendo do ponto de vista do autor, sua corrente teórica e características atribuídas a determinada ação americana, a grande estratégia é dividida em diferentes vertentes. Há por exemplo, Posen e Ross, que a divide em quatro categorias: neo-isolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa e primazia. Temos Art, que também estuda as três últimas estratégias destas citadas anteriormente, porém acrescenta abordagens e características, como a dominação e o hibridismo, além das elucidadas por Posen e Ross. Por fim, Layne desenvolve teorias que explicam o comportamento expansionista estadunidense, com o *offshore balancer* e a teoria da

⁹ Tradução livre do autor: “strategy’s logic inexorably has driven the United States to attempt to establish its hegemony in the world’s three most important regions outside North America itself: Western Europe, East Asia, and Persian Gulf”.

hegemonia extrarregional, que diferente das outras vertentes de estratégia, tratam com mais enfoque a questão hegemônica. No decorrer do capítulo apresentarei algumas abordagens, mostrando a essência de cada uma delas e como os autores buscam teorizá-las.

2.1 Neo-Isolacionismo

O neo-isolacionismo entende que os EUA, como potência mundial, devem se manter afastados de qualquer problema, seja ele de proporções grandes ou pequenas. Para essa corrente, ao ficar longe de conflitos, apoiando aliados ou lutando em prol da paz, as vantagens do país se resumem em uma só: não serem atacados desnecessariamente no futuro por terroristas ou mesmo potências que intencionam mudar o *status quo*. Dentre as vertentes apresentadas por Posen e Ross (1996-1997), o neo-isolacionismo, que tem no realismo defensivo sua vertente teórica, é considerado o menos popular e ganancioso. Segundo os autores, dentro da vertente neo-isolacionista, a defesa nacional é o único interesse vital dos EUA, que se preocupa especificamente com a “proteção da segurança, liberdade e propriedade do povo estadunidense”. Ou seja, a segurança é essencial para garantir a sua sobrevivência. E no mundo anárquico em que vivemos, como defendem os realistas, para garantir a segurança é necessário maximizar o poder. E como Mersheimer *apud* Layne (2006, p.17) afirma, “expansão e maximização de poder são as únicas estratégias que permitem grandes potências ganharem segurança”. Posen e Ross se questionam sobre quem seria capaz ou teria o poder suficiente para enfrentar os EUA; e concluem que no cenário atual, nenhum Estado tem condições para tal. Além de serem a maior potência militar, eles são geograficamente contemplados com dois enormes oceanos em cada lado de seu território, que lhe protege de qualquer ameaça. Ademais, o novo isolacionismo trata a questão de armas nucleares como um novo fator que mede a segurança do Estado, não mais apenas a quantidade de poder. O surgimento de tal tecnologia permitiu aos países obter a capacidade de atacar os norte americanos. No entanto, apenas obter essa capacidade não é suficiente, pois ter força bastante para atacar não é o problema e sim, ainda ter forças para se proteger de uma possível retaliação por parte dos EUA. Chega-se à conclusão que as armas nucleares não se tornaram um mecanismo de ataque e sim de defesa.

A capacidade norte americana de se envolver em problemas externos a seu território, é vista pela teoria neo-isolacionista como algo negativo, já que esta capacidade leva os EUA para batalhas em toda parte do mundo. Esse envolvimento, de certa forma, seja ajudando a ampliar a paz, levando democracia à outras nações, iniciando uma luta armada com puros interesses individuais, atrai olhares de todos no sistema internacional. Se a super-potência americana se abastece desses problemas, talvez as ameaças à sua segurança não fossem tão extensas. Em outras palavras, a estratégia a ser usada segundo a teoria neo- isolacionista, seria eles deixarem de agir desde resoluções de conflitos à intervenções humanitárias. Nas palavras de Posen e Ross:

Neo-isolacionismo aconselha os Estados Unidos a preservar sua liberdade de ação e independência estratégica. Pois o neo-isolacionismo propõe que os Estados Unidos fiquem de fora dos conflitos políticos e guerras no exterior. Mesmo relações de aliança tradicional, como a NATO, devem ser desfeitas. Organizações internacionais são um lugar para falar, talvez para coordenar os esforços internacionais para melhorar a qualidade geral de vida global, mas não para fazer ou manter a paz. Isto implicaria os Estados Unidos e o envolveriam em conflitos¹⁰ (1996-1997, p.13-14).

Sendo assim, a crítica sobre essa teoria argumenta que a retirada dos EUA do cenário internacional, chamado por Posen e Ross como desengajamento, não aumentaria a segurança no sistema internacional.

[...] sem a presença estabilizadora americana e seu guarda-chuva nuclear, os Estados nestas regiões – especialmente Japão, Coréia do Sul, Arábia Saudita e eventualmente Alemanha – sentiriam uma necessidade aguda de fazer mais pela sua própria defesa¹¹ (ART, 2003, p. 199).

A saída dos EUA do cenário internacional traria sérios problemas a longo prazo para a estabilidade global. Isso se explica porque sem a força nuclear dos norte americanos à disposição, o surgimento de novas armas nucleares seria

¹⁰ Tradução livre do autor: “Neo-isolationism advises the United States to preserve its freedom of action and strategic independence. Because neo-isolationism proposes that the United States stay out of political conflicts and wars abroad, it has no particular need for political instruments. Even traditional alliance relationships that obligate the United States in advance, such as NATO, ought to be dismantled. International organizations are a place to talk, perhaps to coordinate international efforts to improve the overall global quality of life, but not to make or keep peace. This would implicate the United States and draw it into conflicts”.

¹¹ Tradução livre do autor: “[...] without America’s stabilizing presence and its nuclear umbrella, the states in those regions – especially Japan, South Korea, Saudi Arabia, and eventually Germany – would feel an acute need to do more for their own defense”.

eminente e os Estados se sentiriam menos seguros. O sentimento de não proteção geraria então a necessidade de aumentar a segurança. Além disso, as portas para a hegemonia estariam abertas, deixando uma brecha para a competição. Ademais, resta a dúvida de que se devido a tal situação estourasse alguma guerra, se esta super potência mundial seria capaz de retornar em tempo à sua posição, se restabelecendo como hegemom e cessando o conflito e se ele ao retornar teria de volta o atual respeito e influência no âmbito internacional. Não podemos estabelecer as consequências exatas, mas em minha opinião, o que se pode imaginar é que mesmo nos dias atuais, em que os EUA atuam como um talvez pacificador, há conflitos, então como seria o mundo repleto de Estados que não têm ninguém a temer ou se apoiar?

2.2 Engajamento Seletivo

No engajamento seletivo, os EUA tendem a se envolver em assuntos de outras regiões do globo. Isso ocorre em razão da necessidade de tentar assegurar a paz entre as grandes potências, pois atritos entre estas são mais perigosos para a segurança americana que conflitos entre não potências. A exemplo da Eurásia, “qualquer guerra entre grandes potências nessa região é um perigo para os EUA”, o que resultaria em consequências tanto econômicas quanto políticas para os interesses americanos. O engajamento seletivo chama isso de liderança, e Art explica que:

Se o mais poderoso Estado, o mais aceitável politicamente pelos outros, e o mais beneficiário na atual ordem internacional não conduzir em direção a paz e prosperidade, então nenhum outro irá. Se nenhum o fizer, a ordem e estabilidade internacional irão sofrer, e conseqüentemente, também, os interesses americanos. [...] Uma grande potência somente permanece grande se ela usa seu poder criteriosamente para moldar o ambiente internacional de forma favorável aos seus interesses¹² (2003, p.160).

¹² Tradução livre do autor: “If the most powerful state, the one most acceptable politically to others, and the greatest beneficiary of the current international order does not lead, then no one will lead. If no one leads, then international order and stability will suffer, and so, too, will America’s interests. [...] A great power remains great only if it uses its power judiciously to shape the international environment in ways conducive to its interests”.

Como afirmam Posen e Ross, o engajamento seletivo se origina na tradição teórica realista de política internacional, e tem como foco a maximização de poder. Além disso, essa teoria tem seis características, segundo Art. Primeiro, é uma teoria de estratégia híbrida, por ser composta de elementos provenientes de outras correntes teóricas. Art sustenta a ideia de que outras correntes como a dominação, que será abordada mais adiante, as variantes de segurança como a coletiva e cooperativa por exemplo, “não podem ser adotadas na pura forma, no entanto, elementos originários destas podem ser incorporados no engajamento seletivo¹³”. Isso a torna então uma teoria mista, que procura não cometer os mesmos erros que venham a ocorrer nas outras abordagens, ou seja, “é mais elástico, mais adaptável, e mais eficaz que outras alternativas”. Segundo, é também disponibilizado aos EUA objetivos fundamentais que se adaptam às condições americanas na atualidade. Condições estas que buscam assegurar a democracia, o mercado livre e os direitos humanos, componentes basilares para a tradição liberal das Relações Internacionais. “O engajamento seletivo visa não somente fazer o bem aos EUA, mas fazer algum bem para os outros, e igualmente, acredita-se que outros benefícios agirão da mesma forma, tanto para os outros quanto aos EUA¹⁴”. Terceiro, é caracterizado pela concentração de recursos políticos e militares em regiões no mundo – China, Rússia, Japão, França, Inglaterra, etc – de maior interesse americano. Interesses tais como de investimentos, acesso fácil ao petróleo, estar próximo a ameaças militares para impedir a expansão de armamentos nuclear, biológico e químico, etc. Quarto, afirma que o engajamento seletivo é uma estratégia de defesa que visa, digamos o que pode acontecer no futuro. Em outras palavras, é uma estratégia de prevenção. Quinto, há uma série de regras criteriosas para promover a guerra. Nesse caso os EUA só podem se envolver em guerras caso seja de interesse vital e de mais alto nível, ficar de fora das regiões de menor interesse para ele, usar a força efetiva e intervenções para proteger a paz quando requerida, etc. Por fim, a sexta característica do engajamento seletivo, segundo Art, é a liderança global americana. Para o reconhecimento desta, o autor explica que é necessário o amadurecimento do Estado, permanecer como o

¹³ Tradução livre do autor: “None of these four strategies can be adopted in their pure form, although elements from them can be incorporated into selective engagement” (ART, 2003, p.82).

¹⁴ Tradução livre do autor: “Selective engagement aims not only to do good for the United States, but to do some good for others, too, in the belief that if others benefit in these ways, so, too, does the United States” (ART, 2003, p.123).

Estado mais poderoso no mundo e é esperado que os EUA conduzam a ordem no sistema internacional, pois só com esta é possível aproveitar dos benefícios como paz e prosperidade.

Tanto Art quanto Posen e Ross defendem que a teoria do engajamento seletivo se preocupa com a proliferação nuclear no mundo e também mais especificamente e certas áreas de interesses. E como já citei anteriormente no neo-isolacionismo, sem o poder de estabilizador americano, a necessidade de se proteger, principalmente com armamento nuclear, aumentaria gravemente. Ademais, outro problema, talvez pior para a segurança norte americana, abordado por Art, seria se terroristas adquirissem armamento nuclear.

Pior ainda seria a aquisição terrorista de armas nucleares, biológicas e químicas. Os terroristas são os maiores inimigos para o status quo, com a maior probabilidade de desafiá-lo, com a maior probabilidade de ameaçar os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos no exterior, e com a maior probabilidade de recorrer ao primeiro uso de tais armas¹⁵ (ART, 2003, p.200).

Em suma, o engajamento seletivo recorre à ideia de que é necessário buscar o poder global, alcançar a liderança. Como superpoder no mundo, seria mais fácil conter as potências em regiões de estratégia política e militar e evitar uma guerra que diminuiria a dominação e influência americana nestas áreas. Para isso, tal teoria explica que se deve evitar principalmente as armas nucleares, poder este necessário para usá-lo contra os EUA. Neo-isolacionistas, por exemplo, criticam essa teoria por ela argumentar que para evitar a guerra, os EUA devem “arriscá-la”. Isso, segundo tal premissa, é inconcebível, pois para isso você deve sair do caminho dos interesses dos outros e não se envolver neles. E também que os EUA não são tão seletivos como argumentam os críticos desta teoria, pois os norte americanos buscam conexões com Europa e Ásia, lugar onde residem as principais potências, e Oriente Médio, que possui as maiores reservas de petróleo no mundo, procuram melhor se relacionar com América do Sul, África, ou seja, eles não selecionam mas procuraram estar em todo o mundo, mesmo que apenas em algumas áreas.

¹⁵ Tradução livre do autor: “Worse still would be terrorist acquisition of NBC weapons. Terrorists are the actors most hostile to the status quo, most likely to challenge it, most likely to threaten America's political and economic interests overseas, and most likely to resort to the first use of such weapons”.

2.3 Segurança Cooperativa

Única dentre as quatro estratégias influenciada pelo liberalismo, a segurança cooperativa, assim como a segurança coletiva, procura prevenir a agressão e a guerra. Como afirma Posen e Ross, sua característica mais importante é que “a paz é efetivamente indivisível”. Para eles, a democracia se tornou um fator imprescindível para a regulamentação da paz e segurança. Em outras palavras, a maioria das democracias, historicamente vistas, tendem a não entrar em guerra umas com as outras. A segurança cooperativa é vista como teoria que pode superar os erros da segurança coletiva, ou seja, é um aperfeiçoamento da segurança coletiva proposta pela extinta Liga das Nações. Além disso, preza que através da limitação das capacidades ofensivas dos Estados, a ocorrência de guerra entre as potências e não potências é reduzida. Como frisa Art:

Para neutralizar as capacidades ofensivas militares dos Estados, um completo regime de segurança cooperativa restringiria as forças terrestres convencionais e meios aéreos táticos úteis para golpes ofensivos, eliminaria as armas químicas e biológicas, e daria as armas nucleares apenas a função de dissuasor de segundo plano¹⁶ (ART, 2003, p. 107).

Com o surgimento dessas armas – nuclear, biológica, e química – os Estados começaram a perceber não importa o tamanho da guerra, seja ela pequena ou grande, e principalmente a corrida armamentista que caracterizou o período da Guerra Fria, podem produzir uma catástrofe mundial. Os autores dessa premissa, como Posen e Ross, concordam que para o *status quo* essa nova tecnologia não é favorável, pois nem todos os Estados têm tal tecnologia e por isso correm o risco de serem massacrados numa guerra. Sendo assim, a segurança cooperativa é à não-proliferação de armamento nuclear. Essa premissa ainda explica que a guerra é propícia a estar em mais de um lugar, então se pode concluir que com essa expansão vai junto o uso de armamento nuclear.

De forma geral, os problemas encontrados na segurança coletiva podem ser amenizados pela segurança cooperativa. A combinação do controle de armas, a superioridade tecnológica militar e a liderança dos EUA podem vir a reduzir os

¹⁶ Tradução livre do autor: “In order to neutralize the offensive military capabilities of states, a fully implemented cooperative security regime would severely restrict conventional ground forces and tactical air assets useful for offensive thrusts, eliminate chemical and biological weapons, and relegate nuclear weapons to ‘background deterrent functions only’ ”.

custos para cada membro do regime de segurança cooperativa. Porém, o poder de agressão continuaria sendo um problema para a segurança cooperativa da mesma maneira foi para a coletiva. Além disso os Estados membros se questionam como se daria a posição do poder relativo caso eles entrassem em um cooperação com fins de alcançar um bem comum ou um mal comum. A segurança cooperativa:

[...] não é uma grande estratégia viável. Primeiro, como os próprios autores admitem, a segurança cooperativa é um longo caminho de realizações e provavelmente nunca será totalmente alcançada. Ela, no entanto, serve como um farol para a direção na qual os Estados devem ir do que como um arranjo capaz de implementação¹⁷ (ART, 2003, p.108)

2.4 Primazia

Como o engajamento seletivo, a primazia visa o poder e a paz. Além disso, os autores Posen e Ross afirmam que apenas “uma preponderância do poder dos EUA pode garantir a paz”. Ademais, não só as coligações e alianças, usadas para agregar poder, são suficientes e o seu objetivo não é apenas garantir a referida paz, e sim preservar a primazia norte-americana em áreas de interesse político, econômico e militar. Tal objetivo ocorre em razão da existência do medo de que no futuro grandes potências venham a entrar em conflito mais uma vez e ameacem a segurança dos EUA. Para isso, eles buscam a primazia no mundo e junto a esta, a dominância global.

A dominação, segundo Art (2003), visa transformar o mundo a partir do pensamento estadunidense de como ele deveria ser. Em poucas palavras, busca reger o mundo a sua maneira. Porém torna-se inviável de se praticar por “violiar a lógica da balança de poder” e por ser altamente custosa. É uma estratégia que transformaria o mundo em um “império americano”, pois seria nas palavras deste autor: “agressiva, intervencionista, unilateralista e transformacional”. Apesar de ser a estratégia ideal para a proteção dos interesses estadunidenses, é falha no sentido de não poder ser alcançada. Para tal façanha seria necessário o poder militar e recursos suficientes para submeter o mundo a essa premissa de dominação.

¹⁷ Tradução livre do autor: “[...] is not viable grand strategy. First, as its authors themselves admit, cooperative security is a long way from realization and probably will never be fully achieved. It therefore serves as a beacon for the direction in which states should go than as an arrangement capable of implementation.

Tanto a ordem internacional quanto a segurança nacional, segundo Posen e Ross (1996-1997), consideram que é necessário que os EUA mantenham EUA a mesma primazia que o caracterizou durante a Guerra Fria. Dessa maneira, a primazia acaba por defender que a melhor ordem no sistema seria a unilateral, pois ela afirma que a bipolaridade tende a dar lugar a multipolaridade. E um mundo multipolar tende a se tornar mais propenso para se haver guerras. Além do mais, uma guerra entre as principais potências ameaçaria a segurança dos EUA. Dentro dessa corrente, uma das prioridades é a modernização militar, pois como o Estado seria um hegemon, possibilidades de eventuais ataques não são descartadas. E por isso a força militar tem de “ser capaz de deter e responder possíveis ataques”. Críticos a essa premissa, segundo Posen e Ross, elegem cinco razões explicando porquê tal teoria é inútil: primeiro, não é porquê os EUA irão deter recursos econômicos e tecnológicos que outros Estados não irão. Segundo, A primazia “subestima o poder do nacionalismo”. Os Estados não irão querer ficar subjugados ao poder norte-americano e vão querer reverter a situação. Sendo assim a primazia é “um convite virtual a luta”. Terceiro, haverá aqueles que resistirão à imposição da hegemonia. Quarto, se os EUA se disporem a travar uma guerra preventiva, como que os outros Estados reagirão a respeito? Quinto e último fator, está sempre na busca do poder, para parecer mais forte frente as outras potências. Em suma, a primazia, é uma estratégia pós-guerra fria que busca trazer aos EUA mais segurança e poder além de um patamar de única hegemonia no sistema internacional.

2.5 Offshore Balancer

A Grande Estratégia do *offshore balancer*, ou equilibrador externo, é a corrente mais próxima do isolacionismo. Propõe que os EUA devem se manter longe de guerras entre as potências da Eurásia, reduzir a vulnerabilidade no território americano à ataques terroristas, maximizar a liberdade de ação estratégica e sua posição relativa de poder no ambiente internacional. É considerada uma teoria multipolar, já que aceita a existência de potências. Nesse caso, a existência de outras potências ajudam os EUA a maximizar o seu poder relativo, pois estas se preocupam com a “competição de segurança” entre elas, esquecendo-se do

expansionismo americano. Além disso, é argumentado que tal potência mundial é protegida pelo “*stopping power of water*”, o poder obstaculizador da água. Ser protegido por dois vastos oceanos faz com que conflitos sejam de certa maneira contidos, pois se torna dificultoso e custoso um ataque via mar. Como esclarece Art (2003), um oceano de distância da Europa é um dos motivos para nenhum Estado europeu venha a usar o seu poder militar sobre os EUA¹⁸. No caso, isso pode ser considerado uma “vantagem geoestratégica”.

Os EUA são considerados, atualmente, o único país com características suficientes de um *offshore balancer*. Para ser considerado como tal, é necessário ser um hegemom regional, além de ser uma potência militar, incluindo neste, a posse de armamento e tecnologia nuclear. Como um balanceador externo, os EUA tentam evitar a ascensão de um novo hegemom, precisamente um hegemom regional, principalmente dentro do território que forma a Eurásia. Um hegemom regional, nessa área, acabaria por ameaçar a segurança americana, como também a dominância global. Porém, como preza essa teoria, os EUA somente interfeririam na Eurásia, caso as potências da região não fossem capazes de impedir tamanha ascensão. Além disso, não seria necessário o uso da força pelos EUA, já que impor o poder prejudicaria sua imagem perante a sociedade internacional, e não precisariam arcar com os custos de um conflito longe de seu território, o que lhe custaria muito caro. Diferente do engajamento seletivo que preza o engajamento de tropas no exterior, o *offshore balancer*, segundo Mersheimer *apud* Layne (2006) defende o envio de tropas americanas para a Eurásia somente para prevenir o crescimento de competidores. Ao desaparecer tal risco, as tropas serão retiradas e só retornarão caso ressurgir uma nova ameaça. Em suma, como explica Mersheimer:

O realismo defensivo prevê que os Estados Unidos enviarão seu exército para o outro lado do Atlântico sempre que surja um Estado hegemônico potencial na Europa que as grandes potências locais não consigam por si próprias conter. (2001, p.242)

Na região da Eurásia é notável que existam potências com características suficientes de se tornarem hegemonias regionais, algo que os EUA, como esclarecido anteriormente, tenderia a combater, como a China, Japão, Índia, e até mesmo a Rússia. Porém, os EUA não consideram tais países capazes de evoluir a tal ponto e

¹⁸ Tradução livre do autor: “Sitting an ocean away from Europe was of tremendous value, because it made it difficult for any European state to exert military power against the United States” (p.179).

tão rápido. E sendo assim, o hegemom americano não os trata como uma ameaça. Ainda mais, caso uma delas ascenda hegemonicamente, as próprias potências na região tentarão contê-la.

2.6 Hegemonia Extrarregional

Segundo Layne (2006), para conseguir a hegemonia extrarregional, também chamada de global, é preciso que se domine a região em que se está inserido. Ele destaca então, que os EUA são a única potência capaz de se tornar um hegemom extrarregional, já que este é o único que, com sucesso, conseguiu alcançar a dominância regional. Como enfatiza o referido autor:

De fato, apenas o poder de uma grande potência insular como os EUA pode alcançar a hegemonia extraregional. [...] Potências continentais não estão em posição de adquirir as capacidades necessárias para projetar poder e desafiar com sucesso hegemonias regionais distantes e estabelecer a hegemonia extra-regional¹⁹.
(p.29)

A teoria da hegemonia extrarregional, incorpora, segundo Waltz *apud* Layne(2006) variáveis domésticas e sistêmicas. Sistêmicas devido as condições expansionistas americana, e doméstica porque esta explica o comportamento deste Estado. Dentro das variáveis domésticas está o que Layne chama de *open door*. Então para melhor explicar o porquê destes se expandirem ganhando domínio em outras áreas onde supostamente irão surgir ameaças contra-hegemônicas, o *open door* torna-se a melhor estratégia de expansão econômica e ideológica usada pelos EUA no controle do sistema econômico e ideológico internacional. Em outras palavras, num mundo *open door*, os Estados são abertos a uma penetração econômica dos EUA. Dessa forma, os formuladores da política externa americana, têm visto que o sucesso da sua política depende dos mercados ultramarinos, investimentos e matérias-primas. E isso não apenas ao nível econômico. Pois viram também que a adesão à democracia por parte de outras nações tornou-se um fator determinante para sua segurança, pois ela permite que o sistema internacional se torne mais pacífico e que obtenha a estabilidade necessária para a não proliferação

¹⁹ Tradução livre do autor: "Indeed, only an insular great power like the US can attain extraregional hegemony. [...] continental powers are in no position to acquire the power projection capabilities needed to challenge a distant regional hegemon successfully and establish extraregional hegemony."

de guerras, ou pelo menos, para a sua estagnação. Com isso, fica salva-guardada à esta hegemonia tanto a abertura de mercados no mundo quanto a sua segurança. Em outras palavras, como afirma Layne (2006): “o liberalismo político e econômico não podem florescer em casa a menos que estejam a salvo no exterior”.

2.7 Considerações parciais

Em síntese, o neo-isolacionismo é uma teoria que visa o afastamento dos EUA de problemas ao redor do mundo, sejam eles grandes ou pequenos. E isso diminuiria a probabilidade de ataques terroristas, de potências em ascensão e etc. A partir disso, o ideal seria investir mais na defesa nacional do Estado, ou seja, investir na segurança. O engajamento seletivo apresenta a ideia de que os EUA procuram alcançar a liderança global e que apenas dessa forma podem impedir potências de dominarem regiões de cunho estratégico militar e econômico estadunidense. A segurança cooperativa, um aperfeiçoamento da segurança coletiva, é uma teoria de cunho liberal que procura evitar a guerra e frisa que limitar as capacidades ofensivas dos Estados ajuda a abrandar as possibilidades da eclosão de uma guerra. Ademais, essa corrente defende a não-proliferação do armamento nuclear. A primazia objetiva o poder e a paz. Afirmam que os EUA buscam a dominância global além de procurarem garantir a primazia, principalmente, sobre as áreas de interesse estratégico que lhe assegurem a segurança do Estado caso haja um conflito entre potências. O *offshore balancer*, defende que os EUA são os únicos com características offshore. Pois este possui poder nuclear, tem a proteção do poder de obstaculizador da água, é um hegemom regional e etc. Além disso, ele tenta impedir que ascendam outros hegemons que possam competir com eles. E por fim, para ser um hegemom extrarregional é necessário antes de tudo ter a dominância da região onde está inserido e só assim poder buscar a dominância global. Um fator que auxilia o Estado nessa busca global é o *open door*, o qual ajuda o hegemom abrindo as portas econômicas e políticas dos outros Estados. Porém o único Estado que pode ser considerado um hegemom extrarregional são os EUA, já que é apenas ele que tem a hegemonia regional.

Será justamente esta última estratégia adotada utilizada no próximo capítulo para explicar em que sentido estratégia americana tem sido aplicada no

mundo para preservar a segurança americana. No capítulo será frisado como é realmente aproveitada a OTAN na questão expansionista dos EUA. Sendo assim, a estratégia da hegemonia extrarregional se torna mais conveniente nessa questão por ela tratar da expansão americana não com fins de poder, mas como uma expansão visando à segurança.

CAPÍTULO III - A OTAN, OS EUA E A GRANDE ESTRATÉGIA.

No decorrer do primeiro e segundo capítulo fez-se uma apresentação do nascimento da OTAN, seus objetivos durante e depois da Guerra Fria, parcerias, membros, etc., além de explicar algumas das grandes estratégias americanas analisadas no meio acadêmico. Foram utilizados ambos os assuntos para melhor amparar este terceiro capítulo, no qual será analisada a questão de como os EUA utilizam o Pacto Atlântico em seus interesses externos nos âmbitos político, econômico e militar tratados nesse trabalho como grande estratégia. Além disso, serão apontados alguns dos interesses americanos que justificam essa provável utilização da referida organização. Vale ressaltar também, que nesta parte da pesquisa, não serão usados todas as grandes estratégias apresentadas anteriormente, mas apenas a estratégia da hegemonia extraregional abordada por Layne (2006).

Há muito tempo que os EUA têm se interessado pela Eurásia. Esta área é “a massa de terra que se estende da Europa à Ásia, separada pela cordilheira dos Montes Urais, tendo a Rússia e a Turquia parte de seus territórios nos dois continentes” (BANDEIRA, 2008, p.09). Na visão de Mackinder (apud BANDEIRA, 2008) o Estado que controlasse ou dominasse o “*heartland*”, “*the greatest natural fortress on earth*”, a maior fortaleza natural da terra, ponto central da Eurásia, seria capaz de controlar toda essa região, podendo estender seu poder de um lado para o outro, já que este possui uma estratégica posição geopolítica.

Tal região juntamente com os países em seu entorno, tem uma importante riqueza visada por vários países, principalmente os EUA: o petróleo. Em razão da abundância desse recurso energético na região, os Estados Unidos temem que alguma potência real ou em ascensão possa se utilizar desse meio para ganhar força e ascender na região da Europa-Ásia e no mundo, ameaçando o *status quo* americano. Segundo Bandeira (2008, p.13), “a primeira missão dos Estados Unidos

pós-Guerra Fria consistia em impedir o surgimento de algum poder rival na Europa, na Ásia e na extinta União Soviética”. Mas além da insegurança da ascensão de outra potência, o governo americano almeja o controle das riquezas, ou seja, do gás e petróleo. Durante o governo de George W. Bush, 2001 a 2009, por exemplo, o objetivo de “vencer a resistência e/ou insurgência islâmica, e controlar a Ásia Central e Oriente Médio” consistia em controlar as jazidas mencionadas anteriormente. Contudo, outra causa dessa necessidade por petróleo é a de que o país estava passando por uma crise energética, ocorrida na Califórnia. Com essa crise, o país ganhara certa vulnerabilidade em relação a quem dominasse essas reservas, já que ele dependia das importações de petróleo que representavam mais de 50% de seu consumo. Portanto, a segurança energética passou a fazer parte da segurança nacional dos Estados Unidos. Complementando:

Daí o ataque ao Afeganistão, por onde deveria passar o oleoduto, ligando o Turcomenistão ao Paquistão e a invasão e ocupação do Iraque, onde estavam, após as da Arábia Saudita, as maiores reservas provadas de petróleo, algumas com baixo custo de extração. E, com o objetivo estratégico de estabelecer plataformas aéreas para eventuais guerras preventivas ou outras missões militares, os Estados Unidos expandiram seu aparato militar, diante a construção de novo arco de bases e instalações nas antigas repúblicas soviéticas – Quirguistão, Tadjiquistão e Usbequistão – no heartland da Eurásia, assim como no Paquistão, Qatar e Djibouti (BANDEIRA, 2008, p. 19-20).

A questão que envolve a utilização da OTAN pelos EUA, é um tema interessante de se analisar, pois é possível conhecer como este país faz para se engajar em várias regiões do mundo sem mostrar seus reais objetivos por trás do apoio dado em certos conflitos, geralmente ocasionados em áreas específicas de seus interesses tanto econômicos quanto políticos. O interessante nessa estratégia, no entanto, é que os países tornam-se cegos frente a esses acontecimentos devido ao modo que os EUA agem ao praticarem essas ações e as causas que apresentam aos outros Estados. Eles tratam de assuntos sobre paz e segurança, os quais perante os atores internacionais são de extrema importância para serem resolvidos. O que eles não vêem é que os alvos de interesse dos norte americanos são lugares extremamente estratégicos, onde, de forma oculta, conseguem ter um maior controle.

A OTAN vem, desde sua criação, servindo aos EUA como uma forma de manter sua presença em questões importantes em áreas estratégicas na Europa e Ásia. Até mesmo antes do surgimento da organização, os EUA já vinham aos

poucos adentrando no continente Europeu. Mas o auge de sua influência ocorreu com determinada criação. Os norte americanos já se preocupavam com a ameaça alemã e soviética ao seu *status quo*, e com o medo europeu dessas duas potências, surgiu a chance de se criar um corredor de aliados próximos aos inimigos americanos, onde haveria um controle real na região e evitaria assim um problema futuro de ascensão hegemônica. Em outras palavras, há meio século que a OTAN vem ajudando os EUA na criação de uma zona de influência norte-americana, cujo objetivo principal é conter potências como a Rússia, proliferação de armamentos pesados, ascensão hegemônica e etc. Nos últimos anos, após a invenção de armamentos de destruição em massa, o novo objetivo da organização é conter a proliferação desse tipo de armamento e o medo dos EUA em um país dominar essa nova tecnologia é grande. Hoje:

[...] chegamos ao terceiro elemento mais importante e novo no mundo pós-Guerra Fria: a emergência de um novo ambiente estratégico marcado pela proliferação de armas de destruição em massa. É uma certeza que no futuro próximo haverá um aumento dramático tanto no número de estados armados com armas químicas, biológicas e nucleares quanto os meios para fornecê-los em qualquer lugar na Terra (KRAUTHAMMER, 1990/1991, p. 30)²⁰.

A necessidade de garantir mais ainda sua segurança, garantindo conter além da proliferação de armamento de destruição em massa, o terrorismo, é espalhada no planeta uma:

[...] enorme cadeia de bases militares, que os EUA mantêm em todos os continentes, exceto Antártida, configura, de fato uma forma de império. De acordo, com estatísticas do Departamento de Defesa, havia cerca de 725 bases militares dos Estados Unidos, em 38 países, por volta de 2003, e em torno de 100.000 soldados em toda a Europa. Só na Alemanha, mesmo terminada a Guerra Fria e a retirada das tropas pela extinta União Soviética, os Estados Unidos possuíam cerca de 20 bases militares e quartéis (*facilities*), devido à vantagem de estarem mais próximas do Oriente médio e da Ásia Central, em um país com uma democracia estável e condições de vida, que propiciavam melhor conforto e comodidade às suas tropas, cujo total era de aproximadamente 75.000 soldados, e 2004, somente na Alemanha (BANDEIRA, 2008, p. 15-16).

Além de suas bases militares, foi provado por Ganser (2005), assunto explicado no primeiro capítulo, que através da OTAN e, com a ajuda da CIA e do

²⁰ Tradução livre do autor: “we come to the third and most crucial new element in the pos- Cold War world: the emergence of a new strategic environment marked by the proliferation of weapons of mass destruction. It is a certainty that in the near future there will be a dramatic increase in the number of states armed with biological, chemical and nuclear weapons and the means to deliver them anywhere on earth”.

MI6, foram usados exércitos secretos na Europa da Guerra Fria para conter o avanço comunista. Para isso, não foram medidas as consequências das atitudes desses exércitos comandados pela OTAN. Nisso, fica evidente que os EUA não medem as consequências de seus atos para atingirem seus objetivos, nem que para isso seja necessário usar a vida de milhões de inocentes. As mortes em nome dos seus interesses não estão apenas no problema dos exércitos secretos, mas também no ataque ao Afeganistão, invasão e ocupação do Iraque, etc. Isso tudo, em nome da paz, da democracia, do confronto ao terrorismo. Dessa forma:

Ao manterem-se líderes dentro da aliança e fazer uso de sua estrutura, o EUA assegurariam sua presença nas questões de seus interesses e afastariam a possibilidade de que algum outro Estado venha a superar sua capacidade militar (CANEDO, 2006, p.03).

Por todo o capítulo segundo foram abordadas várias teorias, porém considera-se neste trabalho que apenas uma tem grande potencial explicativo sobre o papel de hegemon americano. Então antes de aplicar a teoria da hegemonia extraregional, é importante entender porque as outras teorias sobre grande estratégia apresentadas apresentam limites na análise do comportamento estadunidense. Assim sendo, por que nem o neo-isolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa, primazia e offshore balancer podem contribuir de maneira efetiva com tal explicação? A partir do exposto sobre o neo-isolacionismo são claros os motivos de não poder fazer uma plena exposição sobre a ideia defendida. Essa estratégia prima por uma forma de isolacionismo no qual os EUA não poderão mais se envolver em conflitos, sejam eles com fins pacíficos ou não, com o intuito de atenuarem as chances de serem atacados por terroristas ou potências em ascensão. Apesar dos motivos serem o de buscar a segurança, já que esse seria a explicação da tamanha expansão estadunidense, para os EUA não seria muito vantajoso abrir mão de seu expansionismo, o qual tem lhe garantido uma forte segurança, ainda que tenham ocorridos os ataques do 11 de setembro.

O engajamento seletivo é outra teoria que também apresenta limitações sobre sua capacidade explicativa diante da proposta apresentada nesse trabalho. Algumas de suas características condizem com as ações norte americanas quando aborda a questão expansionista: os EUA procuram assegurar democracia, o mercado, os direitos humanos, procuram se concentrar em regiões específicas de seus interesses, impedir a expansão nuclear e etc. Porém essa doutrina perde seu

uso para esta análise quando afirma que o envolvimento em conflitos só pode ocorrer caso haja alto um interesse, deixando de fora as regiões menos importantes. Tratar de regiões menos importantes, não se coaduna, por exemplo com as ações da OTAN, que se engaja em vários conflitos como forma de aumentar sua credibilidade e confiança no cenário internacional. Além disso, o mais importante dessa disparidade é que o engajamento seletivo tem como foco a maximização de poder, distinta da procura americana de segurança.

A segurança cooperativa pode ser considerada a primeira a não condizer com os princípios da expansão dos EUA. Logo de início é uma teoria de matriz liberal, o qual busca a segurança com base no pressuposto da coletividade, considerada uma das razões pelas quais a segurança coletiva da antiga Liga das Nações não funcionou durante a existência dessa organização. Essa premissa visa estabelecer a paz e segurança, principalmente, pela a difusão da democracia, a contenção do armamento nuclear e apesar de os EUA estarem como líderes na cooperação, haveria o risco de ocorrer um ataque contra essa potência pelo motivo de que as ações propostas não diminuiriam o poder de agressão dos outros Estados do sistema. De tal modo, isso vai de encontro com as ações estadunidenses no sentido que eles procuram conter, sozinhas ou através de organizações como a OTAN, a expansão dos outros Estados. Ademais, a regulação da proliferação do armamento nuclear em outros países tem se tornado cada vez mais complicado, e os Estados podem estar construindo esse tipo de armamento ocultamente, além disso, os EUA frente a essa possível ameaça, não se dispõem em colaborar com tal ação de redução militar nuclear.

A primazia, assim como o engajamento seletivo, já inicia sua disparidade quando é visado o poder. Para estes teóricos, buscar poder quer dizer ser mais forte perante os outros Estados, porém o verdadeiro objetivo americano não é exclusivamente ser mais forte, mas parecer mais forte para garantir a segurança do seu território. Por isso agem em vários lugares do mundo, controlando a ascensão dos outros e permanecendo quase imune. A busca pela primazia, ou liderança global, é defendida como uma forma de trazer os EUA ao topo do poder através da superioridade militar. Porém isso se torna falha porque os outros Estados não aceitam essa soberania americana frente a suas forças. Devido a isso, a potência americana preza agir ocultamente, pois encontram mais segurança ao camuflar os reais interesses.

A partir desse contexto, de como os EUA utilizaram a OTAN através dos exércitos secretos, para ficar mais próximos dos conflitos europeus, manter bases militares na Europa e Ásia, etc., pode ser feita uma ligação com a grande estratégia americana da hegemonia extraregional. Essa teoria é de cunho realista defensivo. Pois, nela, como já foi frisado no capítulo anterior, o Estado procura basicamente garantir sua segurança. Embora as atitudes norte americanas pareçam ser de cunho ofensivo, quando eles se expandem para outros territórios, na verdade, essa expansão não tem um caráter de maximização de poder e sim de garantir que nestas regiões não aflore nenhuma outra hegemonia capaz de superar o império americano, ou seja, os EUA procuram apenas manter a hegemonia já conquistada.

Um fator abordado por Layne (2006), sobre a expansão extraregional é o *open door*. O *open door* é “um sistema internacional, ou ordem mundial, feito de Estados que são abertos e inscritos nos valores e instituições liberais dos EUA e que são abertos à penetração econômica dos EUA” (LAYNE, 2006, p.30). Tal penetração se faz necessária para os interesses americanos pelo motivo de que o sucesso econômico interno americano depende do sucesso econômico externo. E o sucesso interno do país é essencial para o bem estar da sua política externa. Essa abertura não influi apenas no setor econômico, mas também no político, já que, ao difundir a democracia, é reforçada a paz e estabilidade, o que auxilia a segurança estadunidense. Ou seja, essa expansão tem como objetivo final, a segurança do país.

Não se pode negar que os EUA tenham a característica de um *offshore balancer*. São protegidos pelo “poder de parada da água”, são uma hegemonia regional, são uma potência militar, possuem o poder nuclear e etc. Um *offshore balancer* envia tropas para outras regiões para sobrepor seu poder e estabilizar a região e evitar que outro Estado lhe supere. Diferente de um hegemom extraregional que foca no medo da superação do poder, mas sim, no medo de ter sua segurança quebrada. Ou seja, a grande potência americana não busca exatamente a maximização do poder, abordado anteriormente acerca do realismo ofensivo, ao se expandir por territórios-chaves para a concretização de sua política. Quando os EUA procuram dominar a Eurásia, por exemplo, eles procuram controlar os recursos energéticos como forma de garantirem sua segurança assim como impedir que outros Estados da região dominem esses recursos e subam de patamar como uma

potência. Da mesma forma ocorre com o Leste Asiático no que tange o Japão e Coréia do Sul, China e Taiwan, Índia e Paquistão.

A OTAN, que é o caso de estudo desse trabalho, é utilizada no sentido de garantir ou permitir aos EUA colocar em prática a premissa da segurança. As vantagens de ter constituído a OTAN são inúmeras, dentre elas: a organização foi estabelecida necessariamente no continente onde as maiores ameaças para o império americano habitam, a contenção dessas ameaças não é estritamente em nome dos EUA, os riscos são divididos entre os membros e etc. Isso permitiu aos estadunidenses uma maior aproximação do continente europeu o que facilitou no controle das potências em ascensão e que tanto a Alemanha e a antiga URSS se reerguessem. A OTAN foi uma forma que os EUA encontraram de reforçar a maneira de manter a segurança. Então, pelo estudado, é possível afirmar que apesar de a OTAN ser apenas uma organização que trabalha propriamente através de interesses americanos que são encobertos pela necessidade mundial da paz e estabilidade do sistema internacional, tem tido um papel primordial na decisão de resolução de conflitos nos últimos anos.

É evidente que é complicado definir as ações norte americanas, principalmente quando deve ser analisado os fatores que levam este país a agir de forma determinada. Porém, quando são avaliadas todas essas ações em conjunto e se pensa no porque de tais tomadas de decisões, pode afirmar-se que a política dos EUA é voltada para a segurança e não exatamente para a maximização de poder. É claro que para tanto é necessário possuir poder, porém nesse caso, o poder não é o fator da busca americana. A OTAN tem um papel importante neste contexto, através dela as ações dos EUA são mais bem aceitas e têm maior credibilidade. Além disso, sem a atuação norte americana, talvez a situação do mundo não fosse a mesma, pois com o mundo livre da proeminência militar americana, os Estados perderiam aquele que hoje passa o sentimento de proteção do sistema internacional e se viriam obrigados a buscar maximizar poder para se proteger.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a OTAN e ainda por cima, analisar no sentido de enxergar os reais fins por trás de suas ações é extremamente difícil, principalmente quando só se consegue encontrar os pontos positivos de seu engajamento no cenário

internacional. Porém, quando se faz uma pesquisa que procura estudar os acontecimentos e fatores que motivaram sua criação, bem como os conflitos que a organização se envolveu, fica claro que sua atuação não é exatamente movida pelos motivos alegados.

Essa organização internacional, de meio século de existência, cresceu e mudou sua constituição de origem nos momentos mais oportunos e viáveis para que fosse possível sua expansão e influência em novas áreas de valor estratégico. A influência e atuação, muitas vezes em cooperação com a Organização das Nações Unidas, nos territórios pautados por uma tensão política, tem tido um crescimento considerável nos últimos anos. Tal atuação eleva conseqüentemente a credibilidade da instituição e uma maior aceitação por países que muitas vezes são fechados para ações comandadas por organismos que agem através de um comando norte americano. Manter sua credibilidade, abalada a cada momento em que ecoa pelo mundo algum possível envolvimento em questões que envolvem seu comando em ações como as dos exércitos secretos, é de extrema importância, já que atuar em todo o cenário internacional representa uma forma de controle e influência.

Os estudos que centram suas análises nos EUA tendem a apresentar os interesses de cunho econômico, militar e político de forma oculta, pautados por explicações que agradam e condizem com o pensamento da sociedade internacional. Porém quando se reflete de maneira mais sistemática sobre a questão como foi feito a partir da estratégia da hegemonia extrarregional, percebe-se que tais interesses podem ser na verdade diferentes, mesmo que as atitudes não mudem e nem as desculpem, valendo ressaltar que na maioria dos casos inaceitáveis por mexerem com a vida da pessoa humana, infringindo os aclamados direitos humanos, mas apenas visa à segurança do próprio território.

Os EUA como um “difusor da paz” tornou-se o *slogan* de sua aparência, que é difundida ao redor do mundo. Porém, ao mesmo tempo em que eles procuram alcançar essa paz através da força bélica, sua imagem é distorcida em algumas regiões, principalmente naquelas de ideologia islâmica. Essas ações representam uma brecha para os EUA tentarem conduzir seus interesses dentro do Estado sem passar por uma contenção, já que a justificativa é de levar a democracia e a paz aos povos.

As estratégias americanas são realmente importantes de se conhecer. É diferente a forma de você pensar no engajamento americano pelo mundo com

olhares não teóricos e com olhares mais analíticos após conhecer de maneira mais profunda as razões que levam um Estado, como os EUA, a se infiltrarem de diversas maneiras em cada pedaço importante do planeta. A cada teoria estudada, é um pensamento diferente sobre os Estados Unidos. Inicia-se pelo neo-isolacionismo. Nele é proposto basicamente que os EUA têm que se isolar dos conflitos para evitar agressões terroristas ou de potenciais hegemons ao seu território. Então se pensa se isso seria possível, um isolamento americano dos assuntos no mundo.

Para o engajamento seletivo, por sua vez, a proposta é que os americanos busquem poder, sejam inseridos em áreas que lhe convém e devam conter a difusão nuclear. É certo que eles praticam tal engajamento em pontos de interesse, mas o que não se sabe é o que realmente eles pretendem. Então surge o questionamento do porque e para que fins eles praticam tais ações.

A terceira teoria estudada é a segurança cooperativa. Após ler as propostas e resgatar as questões levantadas acerca da Liga das Nações, fica a dúvida: o fracasso será o mesmo? Como uma coletividade pode funcionar se os Estados são movidos pela individualidade e pelo preceito realista de uma desconfiança do seu vizinho?

A primazia é uma teoria que pode ser pensada como uma das mais próximas, em relação a essas últimas apresentadas, às atitudes americanas. Engloba a hegemonia americana, porém prima por dominar o poder frente aos outros países, ou seja, ser o mais forte. O offshore balancer também se aproxima das ações estadunidenses, esse busca evitar o crescimento de novos hegemons nas áreas que implicam um risco a dominância americana, reduzir a vulnerabilidade americana, etc., ou seja, é uma teoria muito próxima da análise, a não ser a questão que envolve a maximização do poder.

E por último, a hegemonia extraregional. Essa é considerada, para os propósitos desse trabalho, adequada aos princípios abordados pelos EUA. Mostra que eles passam de dominantes regionais para globais, justificando que suas ações, exploração de OIs, expansão política, econômica e militar, etc., não visam à maximização do poder, mas reforço de sua segurança.

Porém, ainda que abalados atualmente por crises econômicas, os EUA são a maior potência mundial, econômica e militarmente. Vale frisar que no mundo ainda não há nenhum Estado que possa ser considerado como tal, não há outro Estado que possua uma proteção geográfica, mas há certa dificuldade de ser

atacado por ambos os oceanos, ar e terra ao mesmo tempo. Não há Estado capaz de superar todas essas capacidades dos estadunidenses de uma única vez. Então por que os EUA iriam investir em ataques para aumentar um poder que está longe de ser superado? É certo que ele investe sim, porém com o intuito de alcançar sua segurança, pois dessa maneira, envolto pela segurança ele pode deixar de pensar na maximização de poder. Apenas na sua manutenção. E a OTAN é uma forma de por em prática esses preceitos, além de garantir aliados contra seus inimigos. Nesse caso, aliados, mas também bases na Europa permitem que os EUA tenham um acesso rápido caso sua segurança esteja ameaçada.

Dessa maneira, se pode afirmar que a OTAN foi, é e sempre será, enquanto estiver sob o comando dos EUA, uma organização de uso estadunidense. Essa organização como foi afirmado anteriormente, apesar de servir e ter servido a Europa e hoje em dia, após suas reformulações, atuando em outros continentes como a Ásia, preza um importante serviço junto com os parceiros e a ONU. Mas acima de tudo, leva a população um sentimento de segurança, importante fator empenhado na Europa durante e após a Guerra Fria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida. **A OTAN e o fim da Guerra Fria**. In: Revista Espaço Acadêmico – Ano I – n. 09 – Fev/2002– ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/009/09almeida_otan.htm> Acesso em: 18/10/2011.

ART, Robert J. **A Grand Strategy for America**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **Dimensão Estratégica e Política Externa dos Estados Unidos**. In _____ CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLITICA ESTERNA E POLITICA INTERNACIONAL – III CNPEI: “O BRASIL NO MUNDO QUE VEM AI”. Seminário: Estados Unidos. RIO DE JANEIRO, 2008. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008. p. 07-40.

BERTAZZO, Juliana. **Atuação da OTAN no pós-guerra Fria**: implicações para a segurança internacional e para a ONU. In _____ Contexto int., Rio de Janeiro, v. 32, n 1, jun/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20/09/2011.

CANEDO, Sílvia Helena Guilherme. **OTAN: Evolução Histórica**. 2006. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CES_ARQ_DESCR20060511120224.pdf> Acesso em: 18/10/2011.

CATTORI, Sílvia. **O Terrorismo não Reivindicado da Nato**. Fev/2007. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/O-terrorismo-nao-reinvindicado-da>> Acesso em: 18/11/2011.

DÖRFER, Ingemar. **“America's Grand Strategy Implications for Sweden”**. Disponível em: <http://www.foi.se/upload/ASEK/foir1630_americas_grand_strategy.pdf> Acesso em 03/07/11.

EVEDOVE, Leonardo Ulian Dall. **A intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na crise dos Bálcãs**. 2007. Disponível em: < www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/.../LeonardoEvedove.pdf> Acesso em: 15/09/2011.

_____, Leonardo Ulian Dall. **A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): O Gérmem da Cooperação em Defesa e Segurança na Europa Ocidental**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/revistari/Leonardo%20Ulian%20Dall%20Evedove.pdf>> Acesso em: 15/09/2011.

_____, Leonardo Ulian Dall. **A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): um modelo de cooperação em defesa?** Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, set/ 2004. Cd-rom. Disponível em: < <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVII/Paineis/Leonardo%20Ulian%20Dall%20Evedove.pdf> > Acesso em: 15/09/2011.

_____, Leonardo Ulian Dall. **O conceito de segurança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a intervenção nos Bálcãs**. 1999. Tese de Mestrado. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=160035> Acesso em: 10/09/2011.

GANSER, Daniele. **Nato's secret Armies: Terrorism in Western Europe**. Prefácio de John Prados. London: Ed. Frank Cass, 2005. ISBN 07146850032005.

GOMES, Áureo de Toledo **“Doutrina Bush: uma análise de política externa”**. 2007. Disponível em: < <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/toledo.pdf>> Acesso em 04/07/11

JONES, Clive; KENNEDY-PIPY, Caroline (org). **INTERNACIONAL SECURITY IN A GLOBAL AGE: SECURING THE TWENTY-FIRST CENTURY**. London: Frank Cass Publishers, 2000.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os EUA e o Reordenamento do Poder Mundial: Renovação, Permanência ou Resistência?**. In _____ CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLITICA ESTERNA E POLITICA INTERNACIONAL – III CNPEI: “O BRASIL NO MUNDO QUE VEM AI”. Seminário: Estados Unidos. RIO DE JANEIRO, 2008. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008. p.131-152.

KRAUTHAMMER, Christopher. **“The Unipolar Moment”**. IN _____. Foreign Affairs, Vol. 70, n 01. Council on Foreign Relations, 1990-1991. p.23-33. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/46271/charles-krauthammer/the-unipolar-moment>> Acesso em: 04/07/11.

LAYNE, Christopher. **The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the Present**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2006.

LIMA, Shênia K. **Entre os EUA e a URSS: Alinhamento Internacional do Irã e Teorias Realistas das Relações Internacionais**. 2005. Disponível em: < http://www.usembassyprograms.org.br/bdfdr/bitstream/123456789/26/1/monografia_shenialima.pdf> Acesso em: 08/09/2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 02/09/1947. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>> Acesso em: 18/10/2011.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. Origins of the North Atlantic Treaty. Disponível em: <<http://www.nato.int/archives/1st5years/chapters/1.htm>> Acesso em: 18/10/2011.

_____. The Brussels Treaty, de 17/03/1948. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17072.htm> Acesso em: 18/10/2011.

_____. What is Nato? Disponível em: <http://www.nato.int/nato-welcome/pdf/whatisnato_en.pdf> Acesso em: 18/10/2011.

POSEN, Barry R., ROSS, Andrew L. "Competing for US. Grand Strategy". In: **International Securite**, Vol. 21, n. 3. The MIT PRESS, 1996-1997. p.5-53. Disponível em : <<http://www.comw.org/pda/14dec/fulltext/97posen.pdf> >. Acesso em: 09/06/11.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)**. In: Manual das organizações Internacionais. 5 ed. Rev.atual. e ampliada – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p.327-332.

SCHILLING, Voltaire. **Os Estados Unidos e o Início da Guerra Fria (1945-49)**. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/guerra_fria7.htm> Acesso em: 18/10/2011.

SOUZA, Hugo RC. **O Terrorismo da OTAN**. In :Jornal A Nova Democracia – Ano VI – nº 36 – Ago/2007. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-36/238-o-terrorismo-da-otan>> Acesso em: 18/11/2011.

TREIN, Franklin. **Uma Idéia de Europa**. In _____ Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: "O Brasil no mundo que vem aí". Seminário: Europa. Rio de Janeiro, junho/2007. ISBN 978-85-7631101-0. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 135-154.

The History Place. **Bosnia-Herzegovina 1992-1995 200,000 Deaths**. Disponível em: <<http://www.historyplace.com/worldhistory/genocide/bosnia.htm>> Acesso em: 22/05/2010.

Tratado de Alianza y Asistencia Mutua. Disponível em: <<http://www.siglo21info.com/1945-1989/codex/otan/tratado-dunquerque.html>> Acesso em: 18/10/2011.

WESTERN EUROPEAN UNION. Origins of WEU. Disponível em: <<http://www.weu.int/index.html>> Acesso em: 18/10/2011.

Countries and Their Cultures. **Bosnia and Herzegovina**. Disponível em: <<http://www.everyculture.com/Bo-Co/Bosnia-and-Herzegovina.html>>. Acesso em: 20/05/2010.

Inferno dos Balcãs: da Bósnia ao Kosovo. In: Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2011. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$inferno-dos-balcas-da-bosnia-ao-kosovo](http://www.infopedia.pt/$inferno-dos-balcas-da-bosnia-ao-kosovo)>. Acesso em: 20/05/2010.